

A economia política da diferença: crise e renovação do marxismo no debate da Nova Esquerda^a

The political economy of difference: crisis and renewal of Marxism in the New Left debate

Henrique Cunha Viana^b 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Evolução Econômica, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Resumo: O artigo analisa as transformações teóricas da economia política marxista em seu diálogo com os movimentos sociais da Nova Esquerda desde os anos 1960, na Europa e nos Estados Unidos principalmente. Argumenta-se que, diante da crítica ao suposto economicismo e universalismo do marxismo clássico, parte significativa da tradição reformulou seu vocabulário e ampliou seu campo de análise, incorporando as dimensões de gênero, raça e natureza à crítica da sociabilidade capitalista. Com base em um mapeamento bibliográfico, com especial atenção ao marxismo anglófono, o texto sustenta que o ecossocialismo, o feminismo da reprodução social e o marxismo antirracista e anticolonial consolidaram-se como programas de pesquisa marxistas renovados no campo nos últimos anos. Apresentando a formação dessas correntes e discutindo alguns resultados teóricos do debate entre os partidários da chamada política da diferença e o marxismo, o artigo contribui para a compreensão da história e do lugar atual da crítica

Editor responsável: Rafael Galvão de Almeida | DOI: 10.29182/hehe.v29i1.1098

^a Submissão: 23/09/2025 | Aprovação: 18/02/2026 | Publicação: 21/04/2026

^b viana.henriquec@gmail.com

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil (processo nº 153355/2024-7). O autor declara não haver conflito de interesse. Os conteúdos utilizados na pesquisa encontram-se no manuscrito.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

da economia política em meio às discussões sobre opressões e crise ecológica das ciências sociais contemporâneas.

Palavras-chave: Marxismo. Nova Esquerda. Opressões. Reprodução social. Crítica da economia política.

Abstract: This paper examines the theoretical transformations of Marxist political economy in its dialogue with the social movements of the New Left since the 1960s. It argues that, in response to critiques of the supposed economism and universalism of classical Marxism, a significant part of the tradition reformulated its vocabulary and expanded its field of analysis by incorporating the dimensions of gender, race, and nature into the critique of capitalist sociality. Based on a bibliographic survey, the article contends that ecosocialism, social reproduction feminism, and antiracist and anticolonial Marxism have, in recent years, consolidated themselves as renewed Marxist research programs within the field. By analyzing the theoretical outcomes of the debate between proponents of the so-called politics of difference and Marxism, the article contributes to understanding the current place of the critique of political economy within the broader discussions of oppression and the ecological crisis in contemporary social sciences.

Keywords: Marxism. New Left. Oppressions. Social reproduction. Critique of political economy.

JEL: P16. B24. J15.

Introdução

Desde os fins dos anos de 1960 o debate público, político e acadêmico sobre justiça e desigualdades passou por uma profunda transformação, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Aquele foi o momento de ascensão dos movimentos sociais da chamada *Nova Esquerda* e da emergência de um “novo paradigma” nas ciências sociais, capitaneado pelo pós-estruturalismo e pela teoria pós-moderna. Como parte desse movimento, o marxismo e a crítica da economia política de Marx foram “deslocados” da cena teórica, tanto na economia quanto nas demais ciências sociais e humanidades, e considerados obsoletos pelas novas correntes, *i.e.*, incapazes de oferecer instrumentos analíticos e respostas satisfatórias às crises políticas contemporâneas e aos desafios do combate às injustiças e opressões.

A narrativa corrente sobre esse período é a de que, insatisfeitos com a estreiteza da *Velha Esquerda*, *novos sujeitos políticos* teriam articulado uma *nova gramática dos conflitos sociais*, que ultrapassa a problemática do conflito distributivo, associada ao marxismo. A década de 1990 pareceu consolidar definitivamente a hegemonia da chamada *política da diferença* e da centralidade dos conflitos sociais ligados ao *reconhecimento* e à *afirmação de identidades* nas ciências sociais. Desde os anos 1960, contudo, a chamada “economia política”¹ de inspiração marxista também passou por profundas transformações, inclusive em sua linguagem. Entre as mais relevantes, a redução da influência do chamado marxismo soviético, um interesse maior em temas até então pouco explorados com a maior disseminação da obra de Marx e a continuidade do projeto de publicação de suas obras completas, e o crescimento expressivo da discussão sobre raça, gênero, natureza e opressões no campo da “economia política” marxista.

O objetivo deste artigo é sistematizar as transformações desse campo desde os fins dos anos de 1960, mapeando suas principais posições e identificando as especificidades teóricas e conceituais mais significativas desse novo movimento. A hipótese principal do trabalho é que o ecossocialismo, o chamado feminismo da reprodução social e o marxismo antirra-

¹ Ainda que não exista contemporaneamente um campo bem delimitado que possamos chamar de “economia política”, essa é a designação genérica adotada por diversos dos autores aqui discutidos, que parecem indicar com isso um campo mais ou menos amplo e interdisciplinar de teoria social baseada no projeto de crítica da economia política de Marx.

cista e anticolonial consolidaram-se como programas de pesquisa no campo da economia política, a partir do debate com os novos movimentos sociais dos anos 1960, 1970, 1980 e 1990. Empreendendo um balanço das discussões sobre política da diferença, opressões e sua relação com a crítica da economia política de Marx das últimas décadas, quero oferecer uma contribuição à história da disciplina.

A literatura dedicada ao tema revela uma notável recorrência conceitual entre esses grupos, sugerindo a formação de um campo comum de debates. Nessas tradições ou correntes recentes, destaca-se a busca por uma teoria unitária – ou, similarmente, por perspectivas ditas “interseccionais” – capaz de articular diferentes formas de poder e dominação, inclusive a econômica, em sua sobreposição e integração no interior do capitalismo. Assim, com base em uma análise bibliográfica das principais referências reconhecidas pela literatura especializada, acompanho ao longo do texto o processo de formação e consolidação de três movimentos centrais, à luz do debate da *Nova Esquerda*: o ecossocialismo, o feminismo da reprodução social e o marxismo antirracista e anticolonial.

Defendo que essa transformação teórica está relacionada à centralidade crescente do conceito de *reprodução*, à disputa entre unidade e interseccionalidade teórica e ao debate sobre as condições de possibilidade do modo de produção capitalista. Também argumento que sua atual popularidade reflete a maturação de um longo processo que tem como marco inicial o Maio de 1968, e importantes reverberações com a transição para o padrão de acumulação neoliberal, o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, posteriormente, a crise capitalista deflagrada em 2008, que muito influenciaram o quadro teórico do marxismo nas universidades e nos movimentos sociais. Dessa forma, a fim de discutir essas mudanças, inicio com uma introdução à crise do marxismo, para em seguida reconstruir a trajetória dessas três correntes marxistas. Na última seção, examino e interpreto alguns aspectos desses grupos marxistas contemporâneos e de sua nova linguagem conceitual.

1. A Nova Esquerda e a crise do marxismo

No pós-guerra, o marxismo conquista progressivamente mais espaço nas universidades, tanto por conta da influência da experiência sovié-

tica quanto por seu papel central na cena intelectual europeia durante os anos de resistência ao fascismo (Hobsbawm, 1989). Nos anos 1960, em tempos de ebulição social e intensificação das lutas sociais relacionadas à raça e ao gênero, o marxismo alcançou uma popularidade até então inédita em lugares onde era pouco divulgado até então, como nos Estados Unidos (Buhle, 2013). A onda de levantes populares que correu o mundo entre maio de 1968 e 1974 levou a crítica da economia política de Marx a novos públicos: estudantes universitários dos países capitalistas centrais, movimentos anticoloniais e o chamado Terceiro Mundo (Hobsbawm, 1989).

Contudo, depois desse auge de popularidade, o ano de 1974 já marcava o início de uma crise profunda da tradição, tanto política quanto teórica, com o esgotamento da organização revolucionária recente, o acúmulo de derrotas políticas dos movimentos de trabalhadores, o refluxo dos novos grupos, a neoliberalização intensa e o avanço da reação conservadora. A partir de então, o marxismo torna-se alvo de contestação crescente na arena política e intelectual global, não apenas nos círculos acadêmicos europeus e norte-americanos, como também entre os movimentos sociais da chamada *Nova Esquerda*. Nos movimentos feminista, antirracista, ecológico, LGBTQIA+ e de povos originários disseminava-se uma desconfiança quanto às capacidades analíticas e práticas do marxismo diante dos novos desafios políticos, identificado com a *Velha Esquerda*, tradicional.

Para esses grupos, o afastamento em relação a Marx e marxistas justificava-se pela busca por teorias mais abertas, não dogmáticas, e por uma maior sensibilidade a lutas que extrapolavam questões centradas no operariado fabril (Gosse, 2005). Nos anos 1980, a emergência dos estudos pós-coloniais e culturais, bem como a consolidação do pós-estruturalismo e do pós-modernismo como paradigmas teóricos nos Estados Unidos e na Europa, pareciam representar a definitiva superação do marxismo. Nos anos 1990, a ideia de que havia uma *nova gramática dos conflitos sociais*, e uma nova política, *da diferença*, reforçava o caráter *pós-marxista* da nova cena e do novo debate público.

A defesa do reconhecimento das diferenças e da multiplicidade das identidades tornava-se o eixo central do discurso político crítico nos Estados Unidos e na Europa, criando-se um consenso sobre a incompatibilidade do marxismo com a nova *virada política e cultural*, a negligência

das diferenças e a redução da política à luta de classes, o que tornava suas categorias incapazes de captar a dinâmica das sociedades contemporâneas (Steinmetz, 1994).

Em meio a essa crise teórica, mas também política, dada a desarticulação global das esquerdas e a perda do poder das organizações proletárias, os movimentos feministas, ecológicos, antirracistas e anticoloniais já não mais tomavam a crítica da economia política de Marx como ponto de partida fundamental. Analisando esse fenômeno, Nancy Fraser (1991) falou então do caráter *pós-socialista* das novas plataformas, porque seu meio principal da mobilização política e construção teórica seria a *identidade de grupo*, e não o *interesse de classe*, levando à dissociação geral de política cultural de reconhecimento e política social de redistribuição, junto da retração da pauta de transformação das bases da reprodução social.

Para substituir o paradigma obsoleto, centrado na produção e no trabalho, seria necessário reconstruir o materialismo histórico, tarefa assumida por *pós-marxistas* como Jurgen Habermas, Anthony Giddens, Ernest Laclau, Antonio Negri. Além de superar os limites da crítica da economia política de Marx e do marxismo, a *Nova Esquerda* deveria também superar seus componentes *ideológicos*, quais sejam, os aspectos patriarcais, produtivistas e eurocêntricos da *Velha Esquerda* marxista, rastreados até sua figura fundadora.

Segundo Walter Johnson (2004), Marx apaga de maneira eurocêntrica a importância da empresa colonial americana e escravista no fornecimento de matéria-prima e bens-trabalho fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo britânico, fazendo da escravidão algo “arcaico”, “pré-capitalista”, o que ele considera ser uma falha estrutural da crítica da economia política. Também Edward Saïd (1990) afirmou celeberrimamente em *Orientalismo* que a obra de Marx reproduz a lógica de um discurso europeu enviesado sobre o Oriente, ao descrever sociedades asiáticas como arcaicas, imóveis, inclusive ao sugerir certo papel “positivo” ao colonialismo, responsável por “dinamizar” essas sociedades.

Já Christine Di Stefano (1991) argumenta que o trabalho reprodutivo e afetivo das mulheres e a divisão sexual do trabalho são os *não vistos* da obra de Marx. Os conceitos marxianos de trabalho e metabolismo carregavam um viés patriarcal, ao se basearem no modelo da transformação ativa da natureza por um sujeito masculino racional, voluntário e auto-

gerado, desconsiderando especialmente aquelas atividades associadas ao cuidado, à reprodução social, à aculturação, à educação e criação de crianças, que não compartilham do modelo do trabalho dos homens. Segundo a autora, Marx invisibiliza os trabalhos orientados à criação e à sustentação da vida humana, formulando uma teoria masculinista da história humana como história da apropriação da natureza.

Críticas similares foram dirigidas a outra suposta falha fundamental da teorização de Marx sobre o capitalismo: a falta de autonomia da categoria natureza em sua obra. Georgescu-Roegen publicava em 1971 *Lei da entropia e o processo econômico*, com sua crítica ao pressuposto teórico das ciências econômicas de que os recursos naturais poderiam ser substituídos por capital, alertando para a violação das leis da termodinâmica dos modelos dos economistas, dizendo que também Marx teria representado o processo econômico como completamente circular e autossustentado (Burkett, 2004). Adicionalmente, foi apontado que sua teoria do valor e do capital como processo de autovalorização sem restrições internas ignora a finitude dos recursos naturais, atribuindo ao trabalho uma capacidade transformativa ilimitada, e excluindo a escassez de sua teoria do valor.

Mas também com a Nova Esquerda, o autor foi amplamente lido como adepto do mito iluminista do progresso contínuo e da narrativa de luta entre humano e natureza, que deve ser subjugada a fim de que a humanidade faça a passagem do *reino da necessidade* ao *reino da liberdade*. Marx estaria comprometido com uma ideologia do desenvolvimento irrestrito das forças produtivas, marcada por prometeísmo e otimismo evolucionista, que ignora os limites ecológicos da produção; fundada no dogma do impulso humano à dominação da natureza e à transcendência das limitações (Giddens, 1981; Benton, 1989).

Apesar do diagnóstico de inatualidade e ideologia do marxismo e da contundência das críticas, a imagem do colapso teórico e de seu desaparecimento como referência crítica é muito imprecisa. Como quero discutir nas próximas páginas, o que se seguiu à crise da tradição não foi seu completo abandono, mas sim sua reconfiguração. Longe de significar o fim do marxismo, o embate com os novos movimentos sociais e com os discursos críticos emergentes (feministas, decoloniais, ecológicos) inaugurou um período de reformulação conceitual e ampliação de sua capacidade analítica.

Esse processo se deu, em parte, por meio da incorporação seletiva de críticas externas ao campo, *i.e.*, um movimento autorreflexivo que possibilitou a integração teórica de descobertas científicas e analíticas provenientes de outras tradições, bem como pela reinterpretção da obra de Marx – impulsionada, entre outros fatores, pela ampla divulgação de manuscritos inéditos na segunda edição das obras completas de Marx e Engels (MEGA²). Por último, com a redução progressiva do poder da ortodoxia soviética, a tradição passou, no contexto da crise da URSS, por um processo de descentralização geográfica, pluralismo teórico e abertura temática, o que resultou não apenas na sobrevivência do marxismo como linguagem crítica, mas também em sua renovação.

Minha intenção é indicar o processo no qual parte significativa da tradição buscou responder às críticas por meio da reformulação de conceitos e incorporação de novas dimensões da crítica social. Esse movimento representou uma inflexão significativa, com grande descontinuidade em relação ao que havia sido feito até então no marxismo (Hobsbawm, 1989). Assim, a *Nova Esquerda* deflagrou um período de intenso revisionismo, no qual as principais categorias da crítica da economia política como valor, capital, trabalho, acumulação, crises e modo de produção foram contestadas à luz do debate sobre opressões e natureza, bem como questionada a validade dos nexos conceituais estabelecidos entre elas na exposição de Marx em *O capital*, tanto na heterodoxia econômica quanto na teoria social crítica.

E, como quero discutir adiante, apesar da ausência de coerência interna inicial, da pulverização teórica e da multiplicação de visões sem um programa unitário, os embates resultantes da revisão da crítica de Marx à luz da racialização, da divisão sexual do trabalho e do uso da natureza sem reposição de seus custos de manutenção deram progressivamente lugar a um campo de discussão comum, como veremos, inicialmente, a propósito dos desenvolvimentos do feminismo socialista.

2. Feminismo e reprodução social

Desde as principais críticas à obra de Marx como patriarcal e masculinista, feministas têm avaliado as teses da incompatibilidade política e teórica entre a crítica da economia política e o estudo da opressão de

gênero. O estudo de Heather Brown é muito instrutivo a esse respeito, oferecendo um panorama abrangente da discussão contemporânea. Com base em vasto material bibliográfico, Brown (2012), em *Marx on gender and the family*, argumenta que, longe de ter ignorado as relações patriarcais, o autor da crítica da economia política reconhecia a centralidade da opressão das mulheres, ainda que não tenha teorizado sobre o assunto de maneira sistemática.

Para Brown (2012), Marx não só mostrou profunda sensibilidade à opressão familiar e à condição diferenciada das mulheres na sociedade, como também investigou as relações entre estruturas de propriedade e organização familiar nos seus estudos antropológicos, ao final da vida. Parte de suas anotações e de seus comentários de leitura serviram inclusive de base para *A origem da propriedade privada, do Estado e da família*, de Engels – um texto importante para a discussão da *questão da mulher* para o marxismo do início do século XX, do qual fizeram parte Clara Zetkin e Alexandra Kollontai, por exemplo.

Além da discussão sobre as relações entre propriedade privada e opressão familiar, a teorização marxista e feminista continuou no entreguerras com uma das grandes referências do assunto, Simone de Beauvoir; mas foi apenas com o novo ambiente político e intelectual dos anos 1960 que os debates sobre gênero, materialismo histórico e capitalismo alcançaram um público e uma divulgação maiores, com a chamada segunda onda do feminismo.

Conforme observa Molyneux (1979), aquele foi o momento da “descoberta teórica” do trabalho doméstico e da investigação massiva de como ele poderia contribuir para o entendimento da opressão das mulheres, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. O chamado *Debate sobre o trabalho doméstico* trouxe ao primeiro plano reflexões de feministas marxistas como Margaret Benston (1969), Mariarosa Dalla Costa e Selma James (1972) e Wally Secombe (1974), que propunham a teorização da opressão das mulheres a partir da centralidade das práticas de produção e reprodução da vida social. Ou seja, a fonte da opressão não era localizada em fenômenos *extraeconômicos*, mas na própria base material da sociedade, inscrita nas práticas de produção e reprodução da vida social.

Buscando teorizar a opressão sofrida pelas mulheres em sua dimensão sistêmica e associada ao modo de produção capitalista, essas autoras

encontraram a razão de ser das relações patriarcais nesse modo de produção na *interação* entre o *trabalho não remunerado* realizado majoritariamente por mulheres no espaço doméstico e o *trabalho mercantilizado*, próprio do espaço público, mais valorizado e reservado aos homens. Também nos anos 1970, debateu-se intensamente a necessidade ou contingência da relação entre capitalismo e patriarcado, a existência de um *modo de produção doméstico* e a pertinência de uma análise crítica da teoria do valor de Marx – em especial, se ela deveria ou não considerar o trabalho não pago das mulheres. Não houve, contudo, consensos sólidos em relação às modificações necessárias das teorias do *marxismo clássico* a fim de abarcar a experiência das mulheres.

Após o crescimento dos anos 1960, o feminismo marxista passou a ser acusado de “funcionalismo” ao final da década de 1970. Heidi Hartmann (1979) cunhou a expressão “casamento infeliz” entre feminismo e marxismo, argumentando que o segundo eclipsou o primeiro ao tratar o patriarcado como simples adendo à teoria do modo de produção. Seria necessário então formular uma teoria do patriarcado desvinculada das premissas marxianas sobre o modo de produção, e mais próxima das dimensões simbólicas e discursivas da opressão. E progressivamente, com o recuo da *Nova Esquerda* ao final dos anos 1970, o feminismo marxista foi marginalizado acadêmica e politicamente, considerado *funcionalista, determinista e reducionista*, como lembra Cinzia Arruzza (2017), por não reconhecer a autonomia das esferas sociais em relação ao capitalismo e ignorar as diferenças entre as opressões, em favor do uso exclusivo da categoria *classe*, com uma cegueira estrutural em relação à diferença sexual (Scott, 1995; Haraway, 2004).

Em meio à crise do feminismo marxista, Lise Vogel (2013 [1983]) publicou um influente trabalho no qual defendeu a luta de classes como eixo central da análise do gênero nas sociedades baseadas na exploração, porque nelas a capacidade reprodutiva das mulheres tem um papel crucial da reprodução das relações de dominação. Para Vogel, a fonte de opressão das mulheres reside na diferença de acesso ao poder, explicada, por sua vez, por sua posição relativa no processo de reposição da força de trabalho. O capitalismo, diz a autora, separa o processo de produção de mercadorias daquele de reprodução, que acontece no espaço doméstico, exacerbando suas diferenças, e também desvalorizando e obscurecendo essa forma de

trabalho. Tal divisão sexual do trabalho própria ao capitalismo é acompanhada por um sistema de supremacia masculina, que garante a continuidade dessas relações. O salário, segundo a teoria do mais-valor de Marx, deveria cobrir os custos totais da reprodução da força de trabalho, incluindo a *família proletária* e seus membros sem acesso ao mercado de trabalho. Ocorre daí uma especialização no trabalho doméstico, desproporcionalmente feito por mulheres.

A posição subordinada das mulheres é explicada pela separação entre trabalho produtivo e reprodutivo e pela desvalorização do último sob o capitalismo, num contexto em que os salários são essenciais para a reprodução da classe trabalhadora. Segundo Vogel (2013 [1983]), “a demarcação altamente institucionalizada do trabalho doméstico em relação ao trabalho assalariado, em um contexto de supremacia masculina, forma a base de uma série de estruturas ideológicas poderosas, que desenvolvem uma vida própria e vigorosa”. O texto de Vogel sistematizou as elaborações teóricas dos anos 1960 e 1970, contribuindo para a consolidação da *teoria da reprodução social* como uma corrente própria. Em seu processo de expansão, ensaiou-se integrar também as dimensões de racialização, colonização, o Estado e a discussão de Marx da acumulação originária, como em Silvia Federici (2017) e Maria Mies (2022 [1986]).

Para Federici, a caça às bruxas foi parte imprescindível da emergência do capitalismo, por possibilitar a expropriação dos corpos e saberes femininos, a fim de subjugar a capacidade reprodutiva das mulheres e assegurar a oferta de mão de obra. Já Maria Mies interpreta a violência contra as mulheres e sua dominação como uma forma de “acumulação primitiva permanente”, que permite a expropriação do seu trabalho, tal como nas colônias. Em síntese, como resultado do debate sobre o trabalho doméstico, e no confronto com as teorias do patriarcado e a elaboração da crítica aos sistemas duais – que separavam *luta de classes* e *luta de sexos* –, desenvolveu-se um debate a respeito das possibilidades de formular uma perspectiva unitária, *i.e.*, de estudo da classe, do gênero e da raça conjuntamente, que foi dando lugar à etiqueta de *Teoria da Reprodução Social* ou *TRS*, que tem em Vogel, Federici, Davis e Mies suas principais referências (Ferguson; McNally, 2013), bem como uma extensa discussão histórica sobre os modelos de família, sexualidade, consumo, procriação e a regulação do Estado, explicando como as relações de gênero também moldam as ins-

tituições econômicas, num processo de retroalimentação (Laslett; Brenner, 1989).

Essa abordagem experimentou um “renascimento” nos anos 2000 (Vogel, 2013), com o trabalho de autoras como Gimenez (2001), Fraser (2015, 2024), Ferguson (2019), Arruzza (2017) e Bhattacharya (2023), estabelecendo um ponto de partida comum entre marxistas para a explicação teórica da opressão das mulheres sob o capitalismo, ligada à reprodução das relações de produção capitalistas, e à separação entre produção e atividades reprodutivas (Fraser, 2024). Nesse processo, a categoria de *trabalho doméstico*, presente nos momentos mais iniciais do debate, deu lugar a uma discussão da reprodução social, *i.e.*, do trabalho afetivo, do cuidado, da reprodução geracional, socialização e demais *condições de fundo* essenciais para a reprodução da classe trabalhadora e, portanto, para a produção de mercadorias, ainda que ocorram fora das esferas de mercado.

É importante notar que, apesar da formulação de um vocabulário comum, a história da formação da teoria da reprodução social foi marcada por conflitos internos e diferenças significativas, como uma crítica mais dura a Marx por parte do operáismo italiano, ou um maior diálogo com outras perspectivas, como os debates do feminismo materialista francês, com formulações distintas daquelas nos EUA e Canadá, que retomamos aqui (Varela; Rocha; Mastropaolo, 2023). De todo modo, esse grupo de teóricas marxistas que reivindicam o termo “reprodução social” explica como o capitalismo depende dessas atividades, porém nega sua importância, e tende a desestabilizar as bases de sua própria reprodução ao desvalorizar ou ignorar essas atividades não remuneradas ou sub-remunerada e que lhe são essenciais, podendo levar a crises de reprodução. O foco nas várias formas de trabalho não-pago - seja nos processos de reprodução da força de trabalho, seja por meio da expropriação - ampliou a teoria sobre as opressões, incluindo recentemente o papel dos fluxos migratórios e do extrativismo financeiro nessa dinâmica (Fraser; Jaeggi, 2020). Isso possibilitou ao feminismo marxista reformular parte da *gramática da crítica ao capitalismo*, ao incorporar o trabalho reprodutivo como elemento interno à acumulação do capital e reconhecer a divisão sexual do trabalho como eixo material e ideológico da subordinação das mulheres.

3. Racialização e mercado mundial

Assim como no caso do gênero, diversos intérpretes da obra de Marx atestam que lê-la como eurocêntrica e universalista é uma deturpação. Há evidências de que o autor tanto estudou extensamente regimes escravistas diversos, integrando em alguma medida as dimensões étnicas e raciais em suas formulações sobre o capitalismo e a modernidade, quanto mudou sua posição sobre as sociedades não europeias ao longo de sua trajetória teórica. Em *Marx nas margens*, Kevin Anderson (2019) argumenta que ele se afastou progressivamente dos traços *orientalistas* – na terminologia de Saïd – evolucionistas e eurocêntricos de sua consciência de juventude, em favor de uma concepção histórica cada vez mais multilinear, em respeito às especificidades históricas e culturais de diversos territórios.

Em vários momentos de sua obra, Marx teria delineado uma concepção do capitalismo marcada por desigualdades históricas e geográficas, mediadas por práticas de racialização, em vez da suposição de um caminho único. Segundo Knox e Kumar (2023, p. 29-30), ele deixou como legado o entendimento de que “o surgimento geograficamente desigual do capitalismo foi mediado pela raça”. Além disso, como defendem Foster, Holleman e Clark (2020), Marx teria formulado uma compreensão única do escravismo moderno como uma variante do capitalismo e do colonialismo: a escravidão seria explicável apenas por sua articulação com o trabalho assalariado, hegemônico no sistema global, *i.e.*, por sua posição na divisão internacional do trabalho. Adicionalmente, ela seria uma *forma particular de extração de mais-valor*, característica dos contextos coloniais, em que senhores de escravos operam como capitalistas e a produção se articula ao mercado internacional segundo a lógica burguesa.

As reflexões de Marx sobre raça, etnia e a dinâmica do mercado mundial inspiraram alguns de seus seguidores, que avançaram a teorização sobre a emergência de relações raciais e imperialistas a partir da crítica da economia política, como é o caso do chamado marxismo afro-caribeno, que conta com autores como W. E. Du Bois (1868-1963), sociólogo e historiador estadunidense, Oliver Cox (1901-1974), sociólogo de Trindade e Tobago, C. R. L. James (1901-1989), igualmente trinitário. Esse também é o caso do marxismo clássico europeu, como em Rosa Luxemburgo e Lênin, que discorreram a propósito da dominação das principais potências europeias sobre as nações menores e sua relação com a etnia e

a nacionalidade. Por último, como frequentemente lembrados, Gramsci e Mariátegui foram por sua vez responsáveis por discutir os aspectos culturais econômicos da *questão meridional* italiana e da *questão indígena* no Peru.

Contudo, é dos anos 1950 em diante, com o avanço das lutas anti-coloniais e o despontar do marxismo africano, que o campo se expande. Desse período, vale destacar as reflexões de Thomas Sankara, Amílcar Cabral, e obras como *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon, publicado em 1961. No mundo anglófono, além dos grupos ligados aos Panteras Negras nos Estados Unidos, cabe ressaltar os textos *Como a Europa subdesenvolveu a África*, de Walter Rodney, de 1971; e, alguns anos depois, *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, lançado originalmente em 1981.

Já no Brasil, o debate sobre escravidão e capitalismo mobilizou autores como Caio Prado Jr., Jacob Gorender, Florestan Fernandes, Ciro Flamarion Cardoso, José Roberto Amaral Lapa, causando uma renovação do marxismo (Grespan, 2020). Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra também tiveram um papel no debate sobre as variações do capitalismo a partir da proposição da dependência como categoria explicativa das relações desiguais entre Norte e Sul. E, por último, ainda no debate latino-americano, as publicações dos *Cuadernos de Pasado y Presente*, editados em Córdoba e guiados pelo trabalho de Pedro Scaron e José Aricó, dedicaram-se a pensar as formações sociais não europeias ancoradas na tradição marxista, investigando as tensões teóricas daí advindas.

Um pouco mais tarde a historiografia marxista recebeu novo impulso, com os trabalhos de Dale Tomich (2011) e Robin Blackburn (2003), responsáveis por divulgar o conceito de “segunda escravidão” dos anos 1990 em diante, destacando a articulação entre a economia de *plantation* e a expansão do capital industrial europeu. As novas análises da história econômica marxista enfatizam a coconstituição entre Europa e Novo Mundo, bem como o papel central da escravidão na formação do mercado mundial do século XIX, incluindo aí seus aspectos culturais. Dessa forma, mostram não existir contradição entre o sistema escravista e o sistema mercantil burguês, tampouco entre a história do capitalismo e a teoria de Marx, ressaltando o imbricamento entre empresa escravagista e hegemonia europeia.

Além da discussão histórica do capitalismo, nesse debate marxistas analisaram também mais detidamente os processos de *racialização*, *i.e.*, de construção da diferença social baseada em marcadores étnicos. Segundo Oliver Cox (1970), representante do marxismo afro-caribenho anteriormente mencionado, essa divisão está intimamente ligada à expansão do mercado mundial e à introdução de diferentes formas de trabalho compulsório, dominação e expropriação, institucionalizando a despossessão. O racismo passou a integrar o ferramental marxista para a análise da conjuntura social e da dinâmica do capitalismo, tendo avançado assim nas discussões sobre o papel da raça na reprodução das relações de produção capitalistas no interior de um Estado Nacional, principalmente a partir da disseminação de categorias como as desenvolvidas por W. E. Du Bois, incluindo *privilégio branco* – o conjunto de normas de Estado, vigilância e violência desigualmente aplicadas – e *salário psicológico* – a maior segurança e bem-estar dos brancos sob o regime de branquitude. Essas noções, ao fim, explicam a adesão ao menos tácita dos trabalhadores brancos ao sistema de supremacia e a reduzida solidariedade da classe trabalhadora, dividida entre exploráveis e expropriáveis.

Autoras contemporâneas como Himani Bannerji (2022) propõem assim uma ampliação do escopo analítico do marxismo por meio da incorporação de uma “crítica social da diferença”, baseada numa concepção ampliada de classe, considerando as relações materiais, as formas de consciência e identidade. Charles Post (2022) sintetiza essa reorientação do campo ao argumentar que o marxismo atual busca compreender a racialização como um elemento constitutivo da divisão do trabalho, pois o capitalismo, longe de homogeneizar os trabalhadores, os diferencia e hierarquiza, o que faz com que a lógica do valor opere em formas de trabalho racializadas e desiguais. Dessa forma, segregação, racismo institucional e regimes de cidadania parcial não são desvios do sistema, mas sim mecanismos eficazes de gestão da *superexploração*, *momentos da acumulação de capital*, resultado das hierarquias globais no mercado mundial e da competição interna à classe trabalhadora.

Admite-se, então, que a exploração capitalista se utiliza por vezes “de uma série de condições extraeconômicas para se reproduzir”, a exemplo da classificação estatal dos indivíduos, que divide os trabalhadores entre os amparados pela proteção e legislação estatal, e aqueles que não

partilham dessa igualdade jurídica e são, portanto, expropriáveis. Trata-se de um processo liderado pelo Estado e que, segundo Nancy Fraser (2024), conforma identidades subjetivas e conflitos sociais próprios advindos dessa dinâmica de poder, como o racismo. Nessa teoria, as classificações estatais e a exclusão de direitos operam como condições extraeconômicas fundamentais à reprodução do capital, normalizando as relações de desigualdade, reiterando o imaginário racista e sua ideologia, que tem um caráter formativo, como prática material, nas escolas, nas famílias e nos ambientes de trabalho. Desse modo, ao gerir o racismo, o Estado normaliza a superexploração do trabalho e chancela a subsunção real do trabalho ao capital (Almeida, 2015, p. 760).

Os debates marxistas contemporâneos sobre a relação entre raça e capital apresentam uma teoria sobre como o processo de produção é regido por regras que constantemente diferenciam os corpos e, com isso, regulam a exploração do trabalho. Esclarece também o papel do racismo, do Estado e das hierarquias do mercado mundial para conformar identidades, controlar acessos ao sistema jurídico e produzir assim subjetividades funcionais à acumulação (Bannerji, 2022; Post, 2022). Longe de ignorar a raça, então, antes e ao longo dos debates com a Nova Esquerda, vários marxistas tentaram compreender a racialização como processo histórico, contraditório e inseparável do capitalismo, integrando à crítica da economia política uma leitura social da diferença, e discutindo os conflitos étnico-raciais e a segregação social e no mercado de trabalho a partir da própria dinâmica do capital e da acumulação.

4. Ecosocialismo

Ainda que houvesse certa preocupação com a conservação ambiental e reflexões pioneiras sobre ecologia na Rússia Soviética (Franco, 2019), a emergência de um campo propriamente “vermelho e verde”, *i.e.*, de socialistas e ecologistas, foi, contudo, relativamente tardia, desenvolvendo-se de fato apenas a partir dos anos 1970, com pensadores como Raymond Williams, Sacristán, Deléage e Barry Commoner (Löwy, 2019, p. 406-407). Nesse mesmo período, impulsionados pelo crescimento do movimento ecológico mundial e pelas críticas à obra de Marx, *ex-marxistas* ou *pós-marxistas* como Ted Benton, André Gorz e Anthony Giddens propu-

seram uma *revisão* do materialismo histórico, buscando incluir a degradação ambiental como dimensão constitutiva do processo de produção capitalista (Foster, 2016).

Chamados por Bellamy Foster de “ecologistas do primeiro estágio”, esses autores censuraram certo produtivismo e prometeísmo e dedicaram-se a “complementar” a teoria de Marx. James O’Connor (1988), por exemplo, fundador da revista *Capitalism, Nature, Socialism*, formulou a tese da “segunda contradição do capitalismo”, *i.e.*, o antagonismo entre o modo de produção e suas condições externas – como terra, água, ar e infraestrutura material. Esses recursos, indispensáveis à acumulação, são apropriados sem reposição ou compensação, diz O’Connor, o que compromete as bases da própria reprodução capitalista e constitui, assim, fonte de instabilidade do sistema.

O *ecomarxismo* ganha novo fôlego, no entanto, com o surgimento dos “ecologistas do segundo estágio”, mais preocupados em discutir a ecologia a partir da crítica de Marx do que em enfatizar suas lacunas. Elmar Altvater (1989), integrante desse movimento, argumentou que a teoria de Marx mostra como o capital abstrai os limites qualitativos dos valores de uso, favorecendo um modelo de produção que ignora a finitude ecológica em nome da expansão quantitativa. O imperativo de geração de excedente e lucros cria uma tendência social a desvincular a produção das limitações qualitativas. Lembra o autor que a degradação natural, a destruição de florestas, o esgotamento de minas e o alto grau de poluição são ações feitas todas em nome da valorização e do crescimento, revelando a dimensão espacial e territorial da pressão expansionista inerente à lógica econômica da produção de excedentes (Altvater, 1989, p. 69).

Outro representante desse segundo grupo, Paul Burkett (1996), também defendeu que a teoria do valor de Marx provê um referencial analítico essencial para a compreensão da aceleração recente da degradação natural, junto da categoria marxiana de *trocas materiais, intercâmbio material* ou *metabolismo* [*Stoffwechsel*], tomada por empréstimo das ciências naturais de sua época, que designa o processo mais amplo de reprodução da vida e satisfação das necessidades materiais. Ao conceber a reprodução da vida material como *interação metabólica entre humanos e natureza, i.e.*, do ponto de vista de suas trocas materiais com o ambiente, Marx conse-

guiu compreender as especificidades históricas da forma de alocação de trabalho e organização da produção capitalista, pela via da comparação. No capitalismo, onde a produção é privada e os trabalhos são validados socialmente por meio do valor de troca, o valor é imposto como regulador do metabolismo social e os trabalhadores são obrigados a acessar o mercado para sobreviver.

A natureza torna-se, assim, mero pré-requisito para a apropriação de mais-valor; o *metabolismo*, ou seja, a regulação das trocas materiais com a natureza, passa a ocorrer em desacordo com as regras dos próprios processos naturais, porém segundo os moldes das trocas capitalistas – o que concorre para uma autonomização da esfera produtiva e das necessidades em relação ao ambiente, com vistas à produção de lucro. A classe trabalhadora é coagida a mais-trabalho, a produzir mais que o “ciclo estreito de suas necessidades vitais prescreve”, daí que *a subsunção do trabalho ao capital implica a subsunção da natureza ao capital*, raiz da *falha metabólica* do capitalismo e fundamento de sua tendência a degradar o ambiente (Burkett, 1996, p. 334).

Se por um lado críticos acusaram Marx de negligenciar a questão ambiental, estudos como os de Foster (2005) e Saito (2021) propõem que a crítica ecológica tem, pelo contrário, um papel central em sua crítica ao capitalismo. Examinando textos inéditos, como seus cadernos científicos, onde há registros dos estudos sobre fertilizantes, química agrícola e renda da terra, eles argumentam que Marx analisou detidamente o tema da exaustão do solo e a separação entre campo e cidade, e que sua teoria sobre ruptura do ciclo natural de nutrientes da agricultura capitalista sob o comando da valorização tem características sistemáticas. Ademais, eles mostram como a noção de uma natureza inerte, manipulável e que deve ser controlada para a satisfação da necessidade humana não condiz com a crítica da economia política.

Marx e os marxistas discutiram como a lógica do valor desestabiliza essa regulação orgânica, submetendo os ciclos naturais à valorização abstrata, o que produz uma *ruptura*, imposta pela lógica espacial do capital. A produção capitalista se autonomiza das necessidades concretas e da sustentabilidade, enquanto o trabalho abstrato se impõe como único critério de valor; e a alienação da terra se torna a base do sistema capitalista. A crítica ecológica de Marx poderia então ser revisitada pelo *ecomarxismo*

e pela ecologia atual, bem como seu argumento da necessidade de *regulação cônica sobre o metabolismo*, a fim de garantir sua continuidade.

O *ecomarxismo* ressalta então que a degradação natural decorre das contradições *internas* do modo de produção, de suas categorias e formas sociais próprias, tais como compreendidas por Marx, como a contradição entre capital e trabalho, entre forças produtivas e relações de produção, da forma-valor, da obrigação de venda da força de trabalho e das regras de propriedade (Montibeller-Filho, 2000). Isso decorre de como o capital considera a natureza: como reserva infinita e gratuita de recursos a serem utilizados para a continuação do seu processo cego de acumulação.

O ecossocialismo dividiu-se para além da clivagem primeiro e segundo estágio, sendo uma de suas controvérsias mais significativas aquela entre Bellamy Foster e Jason Moore, que aponta dualismo e separação rígida entre humanos e natureza na teoria da *ruptura* ou *falha metabólica*. Moore propõe então o conceito de ecologia-mundo para superar aquelas fragilidades, integrando esses dois polos sem referência a um ideal que é *rompido* ou que *falha* (Luedy; Van der Laan, 2020). Cumpre notar, todavia, que a crítica ecológica do capital, que ganhou forma nos anos 1970, alcançou um diagnóstico mais abrangente do que aquele do marxismo no início da *Nova Esquerda*, avançando na discussão da necessidade de se contrapor aos imperativos destrutivos da forma-valor e da lógica cega do crescimento para uma transição energética e ambiental viável, e assim minorar os efeitos da chamada “Grande Aceleração”. Seus representantes atuais defendem, portanto, apesar das diferenças, que o marxismo dispõe dos instrumentos teóricos fundamentais para compreender os impasses da crise ecológica atual, além de oferecer fundamentos para os debates políticos das lutas ambientais e urbanas e das transformações necessárias a fim de atingir uma regulação das trocas metabólicas entre humano e outras partes da natureza que respeite seus processos e ciclos.

5. Considerações sobre o marxismo contemporâneo

Como vimos, a explosão do radicalismo político dos anos 1960 e o crescimento da importância dos estudantes para a cultura de esquerda no Norte Global facilitaram a disseminação do marxismo nas universidades. Por outro lado, o fim do ciclo revolucionário trouxe contestação à tradi-

ção, acusada de silenciar diante de problemas como dominação patriarcal, racialização, colonialidade e destruição da natureza, o que desencadeou o debate apresentado nas últimas páginas. Assim, nesta seção quero discutir o que considero serem os resultados mais gerais desse processo.

Primeiramente, consolidou-se uma percepção mais refinada sobre o caráter aberto e inacabado da obra de Marx (Paula, 2019) e, por conseguinte, das possibilidades de renovação do marxismo a partir de seus próprios caminhos. Aprofundou-se também a compreensão das transformações de sua crítica ao longo da vida, bem como da historicidade de suas reflexões. A ampliação do acervo textual, aliada à erosão da regulação da ortodoxia, permitiu a emergência de novos “consensos parciais”, que abriram espaço à renovação teórica, inclusive nos estudos sobre opressões e degradação ambiental.

Como apresentei nas seções anteriores, vários marxismos pós-1968 passaram a incorporar cada vez mais as discussões sobre raça, gênero e natureza, tanto em sua formulação teórica própria quanto nos embates com a Nova Esquerda. O vocabulário da política da diferença circulou entre marxistas e impulsionou a rediscussão de temas clássicos, como teoria do valor, força de trabalho, superexploração, expropriação e modo de produção. Inicialmente, gênero, colonialidade e natureza foram vistos como *fronteiras, limites* da crítica marxiana da economia política, além das quais não seria possível avançar. Com o aprofundamento dos debates, porém, passou-se a argumentar que o trabalho reprodutivo das mulheres, a natureza e os territórios dependentes constituem, na verdade, limites constitutivos do próprio capital: *uma espécie de borda* do sistema que é, ao mesmo tempo, parcialmente “externa” à sua lógica e parcialmente interna, uma vez que o capital necessita de seu exterior para a sua reprodução. Daí a importância da discussão sobre as condições de fundo e os *pressupostos da acumulação capitalista* (Mies, 2022 [1986]; O’Connor, 1988; Fraser, 2015, 2024; Fraser; Jaeggi, 2020).

Embora “fora” do círculo principal de valorização do valor tal como apreendido por Marx em sua generalidade no Livro 1 de *O capital*, isto é, fora da troca entre capital e trabalho vivo, esses momentos se articulam com o modo de produção capitalista e se inserem “dentro” de sociedades nas quais ele é hegemônico. A reprodução da força de trabalho, a disponibilidade de recursos naturais e o recurso à violência funcionam como

pré-condições da produção capitalista. Como tais, não fazem parte apenas do fundamento histórico, nas origens do modo de produção, como violência *originária*, mas formas continuadas de *expropriação*. O reconhecimento dessa continuidade e dessa importância não precisa, portanto, da discussão prévia sobre a necessidade histórica ou lógica da expropriação e das opressões, senão que elas constituem o modo de produção e são eficazes e representam “fontes internas de instabilidade social”. Como resume Nancy Fraser, a produção capitalista depende de seu “outro”, mas mina e desestabiliza as condições que tornam sua reprodução possível – abrindo espaço às crises da sociabilidade capitalista.

Desde o debate com a Nova Esquerda, outras “esferas” da vida social, e, conseqüentemente, outras formas de antagonismo social que não a luta “econômica” e sindical, passaram a ser consideradas essenciais para a compreensão dos conflitos e crises da sociabilidade capitalista contemporânea. Como discutido, essas formas de poder não são externas ao capital ou ao Estado burguês, mas combinam-se a eles no processo de valorização – possibilidade já sugerida por Marx.

É necessário repensar a narrativa da crise do marxismo, situando-a histórica e geograficamente, e compreender o que ocorreu além do pós-marxismo, ou o “dilúvio”, de acordo com Ludovico Paramio (1989). Mesmo com o fim do marxismo como ideologia de massas (Hoff, 2016), seu “dilúvio teórico” precisa ser mais bem localizado no tempo e no espaço. Apesar da redução de adeptos, houve continuidade dos debates marxistas e a formação de programas de pesquisa científica nos temas da Nova Esquerda – movimento paralelo à Radical Political Economics não marxista.

Essa permanência ajuda a explicar a retomada nos últimos anos no interesse acadêmico por Marx e pela crítica da economia política, especialmente após a crise de 2008 e a percepção crescente do esgotamento do ciclo neoliberal, política e teoricamente. Nesse contexto, observa-se renovação temática e metodológica nos estudos sobre capitalismo e opressões. O “adeus” teórico a Marx, com diferentes intensidades na França, na Itália, na Alemanha e nos Estados Unidos, não significou um abandono definitivo do autor. Nos anos 1980 há, portanto, muito mais que a alternativa *pós-marxismo vs. capitulação teórica*. Mesmo considerando o domínio que esses centros exercem nas discussões internacionais, o que não

diminuiu a relevância da queda de influência nesses espaços, a narrativa da crise parece merecer revisão.

Perry Anderson (2019 [1979]), por exemplo, observa que, a partir dos anos 1960, o mundo de língua inglesa torna-se o novo centro dinâmico da tradição, em vez da Europa Germânica ou Latina, como era o caso nos períodos entreguerras e pós-guerra, o que justifica falar não de um regelo do marxismo, mas de uma “mudança de temperatura” na recepção do materialismo histórico na cena intelectual europeia. Contribuiu para isso a grande repercussão da historiografia marxista inglesa formada em torno da revista *Past and Present*, e que teve renovado impulso nos anos 1970, quando foram publicadas importantes obras de Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill e Rodney Hilton. Bem como a relevância de Ellen Wood, Erick Olin Wright, Robert Brenner, Fredric Jameson e Gérard Cohen nas discussões internacionais.

Porém, mesmo com certo refluxo, é importante destacar a persistência de tradições marxistas na Europa Central. Na Itália, com os trabalhos de Bobbio e Losurdo; na França, com Bidet, Balibar, Bensaïd e Abensour; na Hungria, com Agnes Heller e Istvan Meszáros (Amadeo, 2006). E também na Alemanha, especialmente a partir do círculo de Adorno e da chamada *Nova Leitura de Marx*, com Backhaus, Helmut Reichelt, Ingo Elbe, etc. (Barreira, 2022). Além, é claro, de certa continuidade com o programa de Frankfurt, com Habermas e Honneth, ainda que mais distantes de Marx e do marxismo.

Como observa Hobsbawm (1989), é justamente no pós-guerra que a produção intelectual marxista se tornou mais ampla geograficamente e mais heterogênea do que nunca, numa onda de expansão impulsionada pelas lutas anticoloniais, a radicalização política mundial da década de 1960 e a crescente importância da América Latina e do chamado Terceiro Mundo. Por isso, segundo o autor, a crise tem um caráter interno; afinal, o questionamento do marxismo tradicional e o “acentuado desenvolvimento geral da capacidade de atração e de influência do marxismo” foram fenômenos paralelos. Daí que provocaram a transformação do marxismo devido não apenas às críticas da Nova Esquerda não marxista, mas também à necessidade de atualizar o *corpus* teórico segundo os desenvolvimentos mais recentes do capitalismo, de onde poderíamos incluir as mudanças nas relações de gênero, o avanço da racialização nos Estados

Nacionais, as mutações do imperialismo e a aceleração da degradação natural.

Isso talvez explique a grande pluralidade do campo pós-1968, que Javier Amadeo (2006, p. 59) chamou de “florescimento disperso dos diversos marxismos”. Trata-se de uma fase de intenso revisionismo, que, segundo Hobsbawm (1989), era inevitável e tinha sido apenas adiada pelos esforços da ortodoxia soviética. As contestações dos anos 1960-1970 reforçaram a percepção da necessidade de reformular a linguagem conceitual: marxistas foram compelidos a ir além da tradição estabelecida, reconhecendo a falta de unidade sobre questões teóricas elementares, bem como a urgência de pensar o capitalismo do pós-guerra.

Como quis mostrar nas últimas páginas, uma das principais transformações do período foi a incorporação crescente das questões raciais, ambientais e de gênero à tradição, impulsionada, há que se dizer, pelo trabalho editorial da segunda edição das Obras Completas de Marx e Engels (MEGA²). A ampla divulgação de manuscritos, cartas, textos jornalísticos e cadernos de Marx restringiu a influência da linha soviética e contribuiu decisivamente para ampliar os significados da crítica e formular uma problemática comum em torno de opressões e ecologia. Mesmo com o enfraquecimento do socialismo, essa “nova cultura marxista” promoveu uma inflexão na discussão teórica internacionalmente, redefinindo fronteiras entre o marginal e o *mainstream* do marxismo, transformando os termos da crítica.

Atualmente, observa-se na tradição marxista uma concepção expandida do que é o capitalismo, da luta de classes e da própria obra de Marx. Para manter-se como linguagem alternativa e atual, o marxismo incorporou os *insights* dos novos movimentos sociais, confirmando sua produtividade como “tradição de discurso”, capaz de formular novos problemas e investigar questões emergentes. Apesar da redução de sua influência em certos contextos e da derrota histórica das esquerdas, a tradição resistiu à crise, mostrou não ser incompatível com as pautas dos anos 1960, e transformou-se desde então, apresentando instrumentos analíticos e respostas mais sólidas sobre a articulação entre capitalismo e suas fronteiras.

Defendi que o feminismo da reprodução social, o ecossocialismo e o marxismo antirracista e anticolonial estabeleceram um campo comum de debate em torno das releituras da obra de Marx, que reverberou mesmo

nas discussões “clássicas” da crítica da economia política. Afinal, o projeto de renovação conceitual incluía também a revisão da relação entre o lógico e o histórico n’*O capital*, os diferentes níveis de generalidade da teoria marxiana, a distinção entre o econômico e o político, bem como o papel do Estado na reprodução das relações sociais. Ao mesmo tempo, ganharam centralidade os conceitos de *formações econômico-sociais* e *capitalismo histórico*. Por fim, passaram a integrar o vocabulário das discussões marxistas categorias como *redistribuição*, *reconhecimento*, e propostas de *teorias unitárias* que articulam as dimensões das opressões e das *lutas de fronteira* (Fraser, 2024).

Apesar do intenso revisionismo a que a obra de Marx foi submetida, as pesquisas desenvolvidas no ecossocialismo, no feminismo da reprodução social e no marxismo antirracista e anticolonial demonstraram, com o tempo, os limites das críticas iniciais formuladas contra o autor. Ao contrário das leituras que sustentavam a necessidade de complementos externos à teoria do valor² ou de revisões radicais da teoria da acumulação, essas correntes têm se esforçado em mostrar a validade e pertinência dos conceitos fundamentais de Marx para a análise contemporânea. O embate com a política da diferença e com as acusações de economicismo abriu espaço para a inovação teórica, o que não significou a substituição do arcabouço marxiano: tratou-se, antes, de uma ampliação de suas possibilidades analíticas³.

² Cabe notar que um programa de reformulação da teoria do valor foi aventado no ecomarxismo e no feminismo marxista no início dos anos 1970, mas foi abandonado. O trabalho reprodutivo e a natureza são “condições de fundo” da valorização e da acumulação capitalista, o que não implica, contudo, que a determinação qualitativa do valor ou dos preços no capitalismo seja diferente da análise feita por Marx. Ainda que indispensáveis para a criação de riqueza material e da reprodução da própria força de trabalho, a consideração teórica da relação entre essas condições de fundo e a dinâmica do capitalismo não altera a lógica da produção de valor, em especial, que continua determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias. A espoliação da natureza, o trabalho reprodutivo e a possibilidade de expropriação são pressupostos da valorização, o que não está explícito na teoria do valor de Marx, mas sem prejuízo para sua análise e distinção entre valor, valor de uso e valor de troca e suas determinações. Mudanças no trabalho reprodutivo, no regime sociometabólico e na dinâmica internacional, étnica e racial podem, é claro, auxiliar na redução de custos, barateando a reprodução da força de trabalho e ampliando as possibilidades de valorização, sem que isso, porém, mude a forma como as mercadorias se confrontam no mercado como valores, que é o essencial da teoria de Marx.

³ O pós-estruturalismo e a teoria pós-colonial, é claro, apontavam também para problemas e reinos da experiência social não tratados até então em detalhe pela crítica da economia política e pelo marxismo, e que precisavam de mais do que alguns adendos para se integrarem ao seu *corpus* teórico. Violência, opressões e outras formas de poder e antagonismo social que não o de classe

Destacam-se ainda importantes convergências entre os campos, como o surgimento do ecofeminismo, associando as dinâmicas de expropriação da natureza e do trabalho das mulheres; e também o feminismo da reprodução social, que passou a incorporar mais sistematicamente a questão racial em suas análises, com o tempo. Isso, por sua vez, colocou no centro das discussões *expropriação e reprodução social*, que fizeram parte da elaboração de uma nova linguagem teórica comum para discutir as fronteiras do capitalismo e as múltiplas lutas anticapitalistas que se articulam em nível global (Fraser; Jaeggi, 2020).

Ao que tudo indica, no lugar de uma alternativa, essas correntes a complementam, estendem e reafirmam o núcleo conceitual da crítica da economia política de Marx, expandindo também suas fronteiras para analisar as opressões e crises do capitalismo contemporâneo. Para finalizar, acredito que esse movimento tem permitido renovar criticamente as conexões entre política, economia e a história do pensamento econômico, reafirmando a atualidade da crítica de Marx e dos marxismos como programas de pesquisa científica, ou como tradição de discurso (Borón, 2006), ainda que sem unidade teórica clara.

6. Considerações finais

O presente artigo buscou reconstruir criticamente alguns dos caminhos trilhados pela tradição marxista diante dos impasses inaugurados pela Nova Esquerda e pela hegemonia da política da diferença nas ciências sociais. Partindo do diagnóstico da crise do marxismo nos anos 1970 – marcada pela contestação interna e externa à tradição –, argumentei que tal crise não significou um esgotamento teórico, mas um momento de inflexão, que resultou em sua reconfiguração conceitual, geográfica e política.

Nesse processo, o marxismo incorporou, em diferentes graus de tensão e síntese, as críticas feministas, antirracistas e ecológicas, desenvol-

requisitavam então complementos de outros campos do saber, como a psicanálise, a psicologia, a sociologia, a antropologia. Assim seria possível teorizar a produção da subjetividade moderna e as relações entre política, sociabilidade, desejos, afetos. Reivindicação semelhante, por exemplo, foi feita pelas feministas marxistas dos anos 1970, advogando por uma perspectiva pluralista das opressões, na qual a família e as relações afetivas e sexuais seriam categorias de análise centrais para a discussão da economia política.

vendo programas de pesquisa em torno de categorias como reprodução social, racialização e metabolismo socioecológico. Essas contribuições contestaram os limites das formulações do marxismo dito “clássico”, e ampliaram sua crítica ao capitalismo, ao mostrar como opressões historicamente vistas como “externas” à economia política são, na verdade, estruturais e constitutivas da acumulação capitalista.

Defendi, assim, que um certo conjunto de respostas marxistas à política da diferença e aos novos movimentos sociais produziu uma reformulação significativa da crítica da economia política na atualidade, com redefinição de vocabulário e fronteiras disciplinares, como um processo de renovação de seu quadro teórico. Em vez de uma ruptura com Marx ou uma superação definitiva do materialismo histórico, o que se observou foi um processo de síntese, ainda em curso, que explica a continuidade da referência às categorias de Marx para elaborar sobre os conflitos sociais contemporâneos, ainda mais requisitadas desde a crise de 2008 e o agravamento das pressões sociais e ecológicas.

Faz-se necessário reiterar que o quadro aqui apresentado não é representativo de todo o marxismo pós-1970. Boa parte dos debates revisitados têm como contexto a emergência da Nova Esquerda nos Estados Unidos e na Europa, e a crise do marxismo como “dilúvio” do marxismo latino. Tratamos então de um movimento intelectual que teve seu epicentro na Europa e nos Estados Unidos, bem como a transformação na linguagem conceitual, e tem como um de seus resultados a mudança de polaridade do marxismo no Norte para o mundo anglófono. Logo, o que mostrei é apenas uma parte de uma vasta produção e das transformações de outras leituras da crítica da economia política de Marx do período. Além do já mencionado trabalho da historiografia marxista brasileira, da teoria da dependência e da revista *Cuadernos de Pasado y Presente*, há uma pluralidade de marxismos na América Latina, na África e na Ásia, principalmente do marxismo chinês, e que excedem em muito o material analisado para este trabalho.

Para um mapeamento mais abrangente, seria necessário indicar também outras trajetórias do marxismo periférico e não europeu, que enfrentaram dilemas e contextos outros. E mesmo outras respostas no Norte a essa mesma crise, como os grupos ligados à Nova Leitura de Marx na Alemanha, ou à Crítica do Valor (*Wertkritik*), bem como os remanescentes

do marxismo latino, que enfrentaram a crise do trabalho e do sujeito como categoria teórica e os limites da teoria clássica por vias distintas daquelas aqui analisadas. O reconhecimento dessas abordagens reforça o caráter plural e não unitário do marxismo contemporâneo.

Assim, vê-se que, longe de ultrapassados, os diversos marxismos da atualidade, plurais e descentralizados, oferecem ferramentas conceituais indispensáveis para pensar as múltiplas crises do capitalismo global: da financeirização à crise ecológica, da precarização reprodutiva à racialização da exploração. De certa forma, reconstituir esse processo de transformação e recuperar uma história intelectual da teoria de orientação marxista nas últimas décadas pode auxiliar na compreensão de sua posição no interior do campo das ciências sociais, mas também oferecer um quadro sintético das principais contribuições recentes da tradição sobre as relações entre justiça, capitalismo e opressões.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. Estado, direito e análise materialista do racismo. *In*: KASHIURA JUNIOR, C. N.; AKAMINE JUNIOR, O.; MELO, T. de. (org.). *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 747-767.

ALTVATER, E. Ecological and economic modalities of time and space. *Capitalism Nature Socialism*, v. 1, n. 3, p. 59-70, 1989.

AMADEO, J. Mapeando o marxismo. *In*: BORÓN, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 53-101.

ANDERSON, K. *Marx nas margens*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2019 [1979].

ARRUZZA, C. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, n. 10, p. 39-60, 2017.

BANNERJI, H. Construindo a partir de Marx: reflexões sobre “raça”, gênero e classe. *Revista Direito e Práxis*, v. 13, n. 3, p. 2079-2101, 2022.

BARREIRA, C. M. A “nova leitura de Marx”: um mapeamento de suas premissas e desenvolvimentos. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, p. 10-40, 2022.

BENSTON, M. The political economy of women liberation. *Monthly Review*, v. 21, n. 4, p. 13-27, 1969.

BENTON, T. Marxism and natural limits. *New Left Review*. v. 178, n. 1, p. 51-86, 1989.

BHATTACHARYA, T. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e classe trabalhadora global. In: BHATTACHARYA, T. (org.) *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

BLACKBURN, R. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

BORÓN, A. A. Aula inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*, v. 1, p. 33-49, 2006.

BROWN, H. *Marx on gender and the family: a critical study*. Boston: Brill, 2012.

BUHLE, P. *Marxism in the United States: a history of the American Left*. London: Verso, 2013.

BURKETT, P. Value, capital and nature: some ecological implications of Marx’s critique of political economy. *Science & Society*, v. 60, n. 3, p. 332-359, 1996.

BURKETT, P. Marx’s reproduction schemes and the environment. *Ecological Economics*, v. 49, n. 4, p. 457-467, 2004.

COX, O. C. *Caste, class and race*. New York: Monthly Review Press, 1970.

DALLA COSTA, M.; JAMES, S. (ed.). *The power of women and the subversion of the community*. Bristol: Falling Wall Press, 1972.

DI STEFANO, C. *Configurations of Masculinity: A Feminist Perspective on Modern Political Theory*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, 1993. v. 1: O campo signo, 1945-1966.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*. São Paulo: Elefante, 2017.

FERGUSON, S. J. *Women and work: feminism, labour, and social reproduction*. London: Pluto Press, 2019.

FERGUSON, S. J.; McNALLY, D. Capital, Labour-Power, and Gender-Relations. In: VOGEL, L. (ed.). *Marxism and the oppression of women*. London: Brill, 2013.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, J. B. Marxism in the Anthropocene: dialectical rifts on the left. *International Critical Thought*, v. 6, n. 3, p. 393-421, 2016.

FOSTER, J. B.; CLARK, B. Ecological imperialism: The curse of capitalism. *Socialist Register*, n. 40, p. 186-201, 2004.

FOSTER, J. B.; HOLLEMAN, H.; CLARK, B. Marx and slavery. *Monthly Review*, v. 72, n. 3, p. 96-117, 2020.

FRANCO, M. P. V. *Essays on the history and philosophy of ecological economic thought*. 2019. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, v. 15, n. 14/15, p. 231-239, 1991.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

FRASER, N. Por trás do laboratório secreto de Marx. Por uma concepção expandida do Capitalismo. *Revista Direito e Práxis*, v. 6, n. 10, p. 704-728, 2015.

FRASER, N. Contradictions of capital and care. *New Left Review*, n. 100, p. 99-117, 2016.

FRASER, N. *Capitalismo canibal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GIDDENS, A. *A contemporary critique of historical materialism*. Los Angeles: University of California Press, 1981.

GIMENEZ, M. E. Marxism, and class, gender, and race: rethinking the trilogy. *Race, Gender & Class*, v. 8, n. 2, p. 23-33, 2001.

GOSSE, V. *Rethinking the New Left: an interpretative history*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

GRESPLAN, J. The renewal of Marxist historiography through the study of enslavement: the case of Brazil. In: ZACHARIAH, B.; LUTZ, R.; BERNET, B. (ed.) *What's left of Marxism: historiography and the possibilities of thinking with Marxian themes and concepts*. Berlin: De Gruyter, 2020. p. 241-262.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARTMANN, H. The unhappy marriage of Marxism and feminism: Towards a more progressive union. *Capital & Class*, v. 3, n. 2, p. 1-33, 1979.

HOBSBAWM, E. O marxismo hoje: um balanço aberto. *In: HOBSBAWM, E. (org.). História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v. XI: O marxismo hoje.

HOFF, J. *Marx worldwide: on the development of the international discourse on Marx since 1965.* Leiden: Brill, 2016.

JOHNSON, W. The pedestal and the veil: rethinking the capitalism/slavery question. *Journal of the Early Republic*, v. 24, n. 2, p. 299-308, 2004.

KNOX, R.; KUMAR, A. Reexamining race and Capitalism in the Marxist tradition – editorial introduction. *Historical Materialism*, v. 31, n. 2, p. 25-48, 2023.

LASLETT, B.; BRENNER, J. Gender and social reproduction: Historical perspectives. *Annual review of sociology*, v. 15, n. 1, p. 381-404, 1989.

LÖWY, M. Fontes e recursos do ecossocialismo. *Princípios: Revista de Filosofia*, v. 26, n. 51, p. 405-408, 2019.

LUEDY, L.; VAN DER LAAN, M. Dualismo cartesiano apocalíptico ou monismo social antiecológico? As disputas entre a escola da ruptura metabólica e a ecologia-mundo. *Crítica Marxista*, v. 27, n. 50, p. 151-170, 2020.

MIES, M. *Patriarcado e acumulação em escala mundial: mulheres na divisão internacional do trabalho.* São Paulo: Timo Editora, 2022 [1986].

MOLYNEUX, M. Beyond the domestic labor debate. *New Left Review*, n. 116, p. 3-27, 1979.

MONTIBELLER-FILHO, G. Ecomarxismo e capitalismo. *Revista de Ciências Humanas*, n. 28, p. 107-132, 2000.

O'CONNOR, J. Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction. *Capitalism Nature Socialism*, n. 1, p. 11-38, 1988.

PARAMIO, L. Após o dilúvio: introdução ao pós-marxismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 16, p. 123-152, 1989.

PAULA, J. A. de. Dialética do inacabamento: 150 anos do Livro I de *O Capital*. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 46, n. 146, p. 569-569, 2019.

POST, C. Marxismo e opressão racial: por uma teoria unificada. *Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx*, v. 10, n. 19, p. 15-39, 2022.

SAÏD, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAITO, K. *O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política*. São Paulo: Boitempo, 2021.

SECCOMBE, W. The housewife and her labour under capitalism. *New Left Review*, v. 83, p. 3-24, 1974.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

STEINMETZ, G. Regulation theory, Post-Marxism, and the New Social Movements. *Comparative Studies in Society and History*, v. 36, n. 1, p. 176-212, 1994.

TAYLOR, K.-Y. Raça, classe e marxismo. *Revista Outubro*, n. 31, p. 177-196, 2018.

TOMICH, D. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

VARELA, P.; ROCHA, C. C.; MASTROPAOLO, M. J. Reprodução social em disputa: um debate entre autonomistas e marxistas. *Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx*, v. 11, n. 21, p. 114-132, 2023.

VOGEL, L. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. London: Brill, 2013 [1983].